



Centro de Conciliação da SJDF recebe visita da coordenadora do Sistcon

A coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região (SistCon), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, visitou, no dia 9 de junho, a unidade de conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal. Na ocasião, foi recebida pelo diretor do foro da SJDF e coordenador do Centro de Conciliação do DF, juiz federal Rui Costa Gonçalves, e pelas juízas federais Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas e Maria Cecília de Marco Rocha.

O objetivo da visita foi conhecer o funcionamento daquele Centro de Conciliação, bem como sua estrutura física e de recursos humanos. Um dos temas tratados entre a coordenadora do SistCon e os demais magistrados foi a previsão de cursos regulares de capacitação e formação de conciliadores, a serem ministrados no Tribunal.

Na oportunidade, a desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso presidiu audiência de conciliação em processo



Desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso preside audiência de conciliação na SJDF

relativo a benefício previdenciário, tendo homologado o acordo celebrado entre as partes.

SJTO estuda possibilidade de convênio para realizar audiências por videoconferência

A Seção Judiciária do Tocantins realizou, na última quinta-feira, 3 de julho, reunião com membros da Secretaria de Segurança Pública do estado do Tocantins para discutir a possibilidade da implantação de um sistema de audiências por videoconferência com réus presos.

A reunião, que foi conduzida pela diretora do foro da SJTO, juíza federal Denise Dias Dutra Drumond, contou com a participação do titular da 4.ª Vara – especializada em matéria criminal –, juiz federal Ademar Aires Pimenta da Silva; do secretário de Segurança Pública, José Eliú de Andrada Jurubera; do secretário da Defesa Social, Nilomar dos Santos Farias; do secretário executivo de Segurança Pública, Deusiano Pereira de Amorim; do diretor da Secretaria Administrativa da SJTO, Ricardo Antonio Pereira, e da supervisora da área de Tecnologia da Informação da SJTO, Elis Regina Carvalho.

A ideia proposta pelo juiz federal Ademar Pimenta é que seja firmado termo de cooperação técnica entre a Justiça

Federal e o estado do Tocantins para que as audiências com réus presos sejam realizadas por meio de videoconferência em salas apropriadas nas Casas de Prisão Provisórias de Palmas, Araguaína e Gurupi.

Para a Justiça Federal, a realização de audiências a distância traria maior celeridade para os julgamentos dos processos criminais e implicaria mais economia e segurança, pois não seria mais necessário deslocar o preso da unidade prisional, pontuou a juíza federal Denise Drumond.

Os representantes do Poder Executivo explicaram que, por medida de segurança, atualmente as Casas de Prisão Provisórias do estado não possuem internet e, por isso, será necessário realizar um estudo para verificar se a medida é tecnicamente viável e se não comprometerá a segurança. Ficou acordado que as equipes de Tecnologia da Informação da Seccional e da Secretaria de Segurança Pública farão levantamentos sobre os custos e as formas viáveis de implantar o Sistema.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social/SJTO

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Assessoria de Comunicação Social
ascom.trf1@trf1.jus.br
(61) 3314-5379